



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº n.º 3810/MAP - 10 Maio 2010

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência **S/comunicação de** **N/referência** **Data**

ASSUNTO: **RESPOSTA À PERGUNTA N.º 1884/XI/1ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 2590 de 6 do corrente do Gabinete do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

SMM



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

06 MAI 2010 11 25 00

Exmo. Senhor
Dr. André Miranda
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
C/CONHECIMENTO
Exm^a Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado Adjunto, das Obras
Públicas e das Comunicações

Assunto: Pergunta nº 1884/XI/1ª – Do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP)
Ilegalidade - Trabalho precário na SPdH/Groundforce

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, depois de consultado o Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, de informar, esclarecer e desmistificar algumas considerações que, no caso em apreço, se impõem.

Assim:

1. É totalmente falso que a Administração da SPdH/Groundforce prossiga uma política de destruição de postos de trabalho com recurso sistemático à subcontratação e incessante diminuição do quadro de efectivos, colocando trabalhadores no desemprego e substituindo-os por subcontratados.
2. Na verdade, e contrariamente ao que, deste modo, se afirma, do número de trabalhadores contratados a termo final verificado a 31 de Outubro de 2008, a Groundforce efectivou, até finais de Maio de 2009, 112 trabalhadores, o que sucedeu, precisamente, em resultado da conversão dos respectivos contratos de trabalho a termo final certo.
3. Em finais de Novembro de 2008, houve um número de 71 contratos de trabalho a termo certo que cessaram pelo decurso normal do prazo e cujos trabalhadores não têm, actualmente, vínculo laboral com a Groundforce.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Note-se, no entanto, que, só no mesmo mês de Novembro de 2008, foram efectivados 67 trabalhadores.

4. No período compreendido entre 01 de Dezembro de 2008 e 31 de Maio de 2009, o número de trabalhadores cujos contratos de trabalho a termo certo cessaram pelo decurso normal do prazo e cujos trabalhadores não têm, actualmente, vínculo laboral com a Groundforce, foi de 35, perfazendo, assim, um total de 106 situações análogas, no período compreendido entre 01 de Novembro de 2008 e 31 de Maio de 2009, contra 112 trabalhadores cujos contratos foram objecto de conversão contratual.
5. Do último balanço social da Empresa, mandado publicar, consta que esta emprega, ao seu serviço, um total de 2847 pessoas, sendo 2319 trabalhadores efectivos contra 465 trabalhadores com contratos de trabalho a termo final, o que permite obter uma rácio, entre efectivos e contratados a termo, perfeitamente aceitável face às disposições normativas que condenam o recurso abusivo à contratação a termo como forma de iludir as normas do contrato sem termo, para mais numa empresa como a Groundforce cuja actividade é altamente sazonal como se ilustra de seguida.
6. A Groundforce é uma empresa de assistência em escala ao transporte aéreo que opera com sujeição às variações sazonais próprias das estações IATA, variações essas que podem ocasionar oscilações entre os 30% e os 50% do volume de actividade. Assim, terminando o Verão IATA em finais de Outubro, e correspondendo tal ao início da época baixa na indústria da aviação, as necessidades de recursos humanos da Empresa diminuem, normalmente, de forma considerável.
7. Para preencher as necessidades temporárias de recursos humanos, a Groundforce, à imagem da prática seguida pelos seus concorrentes, recorre, habitualmente, aos mecanismos previstos e disponíveis na lei para o efeito, designadamente, à contratação directa desses recursos através da celebração de contratos a termo final, e ao trabalho temporário, celebrando contratos de utilização com empresas de trabalho temporário devidamente certificadas no mercado. Na selecção das empresas de trabalho temporário, a Groundforce rege-se por normas internas de transparência e isenção, o que implica a abertura prévia de concurso. A Groundforce, utilizava os seguintes trabalhadores temporários ao seu serviço: (i) em Setembro de 2008, 269; (ii) em Novembro de 2008, 227; (iii) em Dezembro de 2008, 265; (iv) em Fevereiro de



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

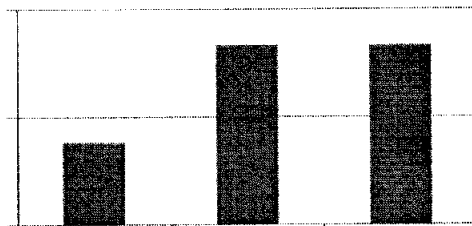
2009, 236; (vi) em Março de 2009, 256; (vii) em Abril de 2009, de 246; (viii) e, em Maio de 2009, 250, aos quais aplica idêntico regime remuneratório e de duração do trabalho vigente para os demais trabalhadores da Empresa ao abrigo, designadamente, quer do Acordo de Empresa, quer das respectivas tabelas salariais, que são públicas. Com a passagem ao Inverno IATA, os números até aí registados com respeito ao trabalho precário, obviamente que sofreram a redução que a diminuição da própria actividade ditou.

8. É totalmente falsa e ofensiva para os trabalhadores da SPdH a afirmação sobre «(...) a quebra de motivação, de formação e qualificação».
9. É totalmente falsa e ofensiva para com as organizações sindicais representativas dos trabalhadores da SPdH e a Administração desta, a acusação de que a Administração da Empresa prossegue uma política de degradação das relações laborais sem qualquer vantagem operacional.
10. A SPdH (Groundforce) é uma Empresa para a qual a sua actual Administração tem vindo a apostar num desenvolvimento sustentado, não podendo, por isso, ser descurado o investimento nas pessoas e na responsabilidade social. Nesse sentido, a Administração da Groundforce orgulha-se de ter iniciado, recentemente, os processos de certificação *Investors in People* e *OSHAS 18001*, para o que se acredita serem contributo fundamental de sucesso os valores da experiência, profissionalismo, credibilidade, qualidade, *performance* e consistência adquiridos, mantidos e prosseguidos pela Empresa.
11. No domínio operacional e das vantagens que uma gestão empenhada poderá importar para a organização, urge realçar que a Groundforce obteve, recentemente, a renovação da certificação de gestão da qualidade segundo a norma ISO 9001:2000, bem como a certificação IATA ISAGO.
12. Socialmente responsável, a Groundforce tem investido significativamente na formação profissional, tendo o número de horas, despendidas em formação, sido largamente excedido face àquilo que era a prática até 2008. Na verdade, de 2008 para 2009, o número de horas de formação por colaborador mais do que duplicou, o que demonstra uma clara aposta na valorização dos seus recursos humanos:

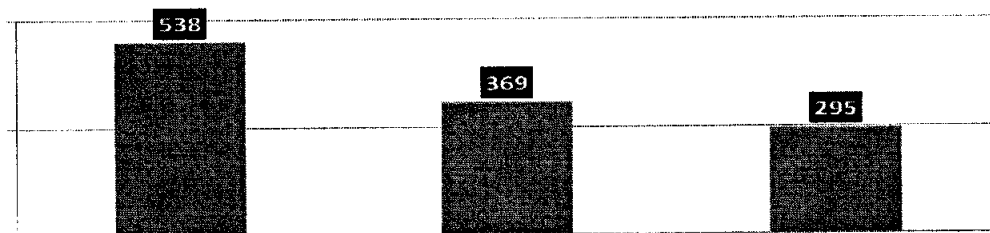


MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro



13. Da mesma forma, continuando em sede de características de Empresa socialmente responsável, a Groundforce elaborou e adoptou novos regulamentos internos em matéria de higiene e segurança no trabalho, consumo de álcool e o Código de Conduta e Ética.
14. Em resultado do esforço despendido na melhoria contínua das condições de trabalho, o ano de 2009 caracterizou-se por uma redução significativa da sinistralidade laboral com a verificação de menos 169 acidentes de trabalho face ao registado em 2008:



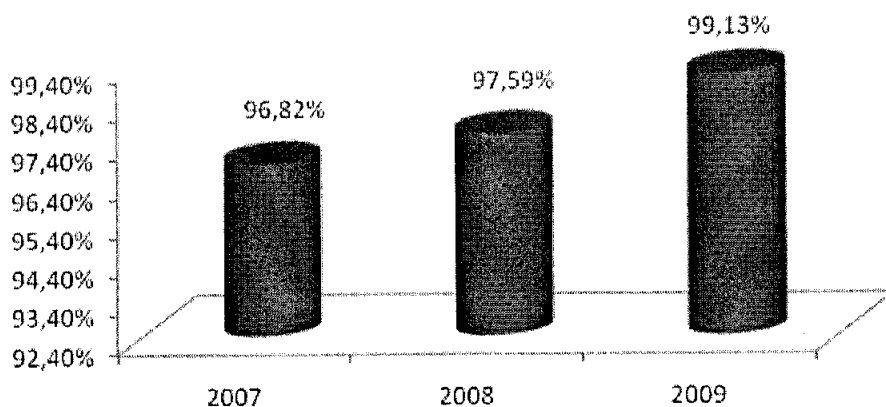
15. Acresce ainda que, através da focalização na qualidade de serviço e na capacidade de planear e organizar a execução de tarefas, de acordo com o tempo, os procedimentos estabelecidos e os meios disponíveis, a Groundforce tem contribuído, de forma positiva e gradual, para os bons resultados do indicador da pontualidade. A pontualidade é um dos indicadores de *performance* mais importantes na indústria do transporte aéreo. Para além de servir como um importante ponto de diferenciação perante os clientes, a boa gestão deste indicador permite evitar grandes perdas e custos:



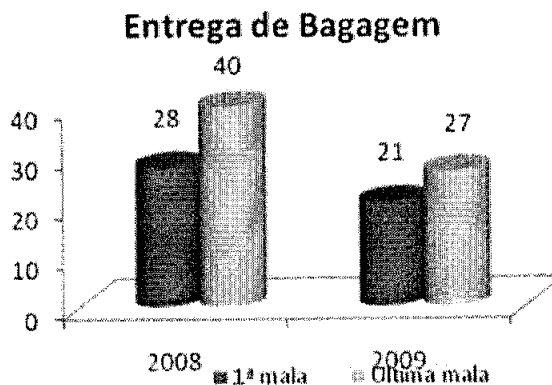
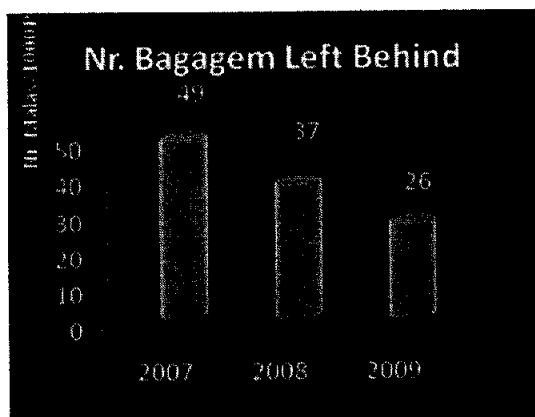
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Pontualidade Groundforce



16. Também o número de irregularidades relativas a bagagem e o tempo de entrega diminuíram consideravelmente, fruto da reestruturação operacional e do processo de melhoria contínua implementados e sustentados parcialmente em relatórios diários de *follow up*:



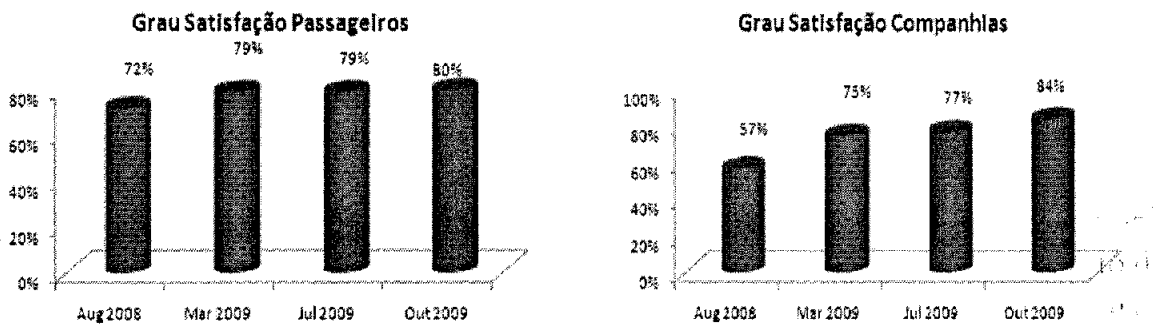
17. Com o objectivo de suportar o desenvolvimento sustentado do negócio e contribuir activamente para a melhoria contínua do serviço a prestar às companhias de transporte aéreo assistidas, bem como aos passageiros seus clientes, a Groundforce tem conduzido, numa vertente *business to business/consumer*, inquéritos periódicos visando a avaliação do índice de satisfação dos clientes companhias aéreas e passageiros. Deste modo, foi possível apurar que o índice de satisfação dos clientes companhias aéreas tem apresentado, globalmente, uma evolução gradual positiva, desde a realização



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

do primeiro inquérito, confirmando-se, assim, a tendência de melhoria contínua sustentada, representando o actual resultado de 84% um aumento de 27 p.p. se comparado com o resultado de Agosto de 2008. Também o índice de satisfação de clientes passageiros evoluiu globalmente de forma positiva, representando o actual resultado de 80% um aumento de 8 p.p. se comparado com o resultado de 72% alcançado no inquérito de Agosto de 2008:



18. É totalmente falsa a acusação de que a Administração da Empresa opte por uma estratégia visando a degradação salarial ou o ataque à contratação colectiva.
19. Relativamente à alegada degradação salarial e das relações de trabalho, tal não só não aconteceu como também não poderia ter sequer acontecido. Com efeito, em Fevereiro de 2008, a Administração acordou com os sindicatos um aumento salarial de 3% com efeitos a 1 de Agosto de 2007. Acresce que o Acordo de Empresa em vigor na Groundforce já contém mecanismos de actualização automática (ou quase-automática) da massa salarial, o que acontece, por acção ou omissão da Empresa, designadamente, através de:
- vencimento anual de diuturnidades, designadas de "anuidades", com características similares à figura da *seniority* no direito anglo-saxónico e que implica que o trabalhador vença, por cada ano de antiguidade, um incremento anual fixo, cujo valor actualizado é de €15,46;
 - progressão automática na tabela salarial ("progressão nas carreiras") sempre que o trabalhador seja avaliado positivamente (i.é, com

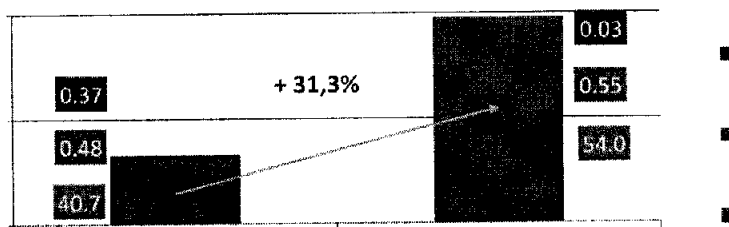


MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

classificação correspondente a *suficiente*) ou quando, por facto que não lhe seja imputável, não venha a ser avaliado até 30 de Junho;

- c. previsão e estabelecimento por antecipação no texto do Acordo de Empresa da evolução programada da tabela salarial entre 2005 e 2008 inclusive para as categorias profissionais de técnico de tráfego de assistência em escala (TTAE), vulgo, anteriormente, oficiais de tráfego, e de operador de assistência em escala (OAE), estes últimos vulgo, anteriormente, bagageiros;
20. Ora, os mecanismos de evolução automática da massa salarial já por si produzem, em termos de efeitos, um impacto superior quer à taxa de inflação anual, quer às estimativas de crescimento comportáveis pelo mercado no sector de actividade.
21. Em 2008, uma consultora internacional de referência desenvolveu um estudo sobre a actividade de assistência em escala no mercado nacional e ibérico, de cujas conclusões foi possível constatar que a Groundforce paga salários superiores aos praticados em Espanha e em média 40% acima do seu concorrente directo no mercado nacional e ainda que os aumentos da massa salarial verificados na Groundforce nos últimos anos, compreendendo as progressões de carreiras, automatismos e a aplicação do índice inflação, rondaram uma média anual superior a 7%;
22. Com efeito, entre 2005 e 2009, o aumento salarial médio por colaborador foi de 31,3%, com uma média anual de 7,8%:



23. Ainda assim, numa clara manifestação de grande esforço, mas simultaneamente em sinal de demonstração da importância fundamental que atribui à necessidade de manter um clima de confiança na relação com os seus trabalhadores, bem como, por razões de exigência, decisiva para o futuro da Empresa, de se salvaguardar o normal funcionamento da Empresa, com

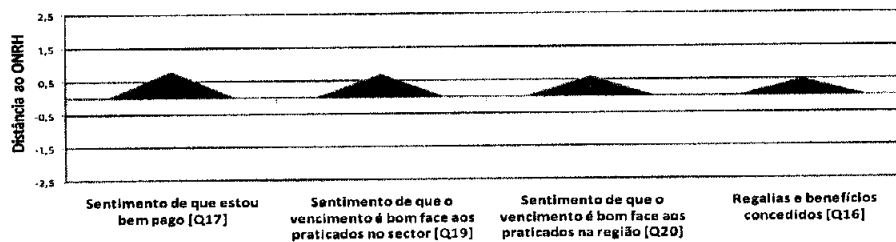


MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

convergência profícua do empenhamento e esforços de todos os seus trabalhadores, a Administração da Groundforce, acordou em 15 de Julho passado na celebração de Protocolo de entendimento com os sindicatos, através do qual foram satisfeitas, parcialmente, as reivindicações daqueles em matéria económica, com um impacto anual de €1.700.000,00 sobre a respectiva massa salarial.

24. A satisfação do colaborador relativamente aos aspectos materiais do foro remuneratório e regalias sociais oferecidos pela Empresa é, aliás, confirmada directamente pelos próprios trabalhadores desta em inquérito realizado, internamente, pelo Observatório Nacional de Recursos Humanos (ONRH), entre Novembro de 2009 e Janeiro de 2010, que envolveu 1812 respostas e em que estes aspectos foram especialmente valorizados e reconhecidos pelos colaboradores da Empresa como sendo uma consequência positiva de trabalharem na Groundforce, constituindo estes *itens* os que maior desvio positivo apresentam face à média calculada a partir da amostra de Empresas consideradas pelo ONRH:



25. Acresce também que a Administração reúne periodicamente com os sindicatos, tendo, no último ano, sido convocadas por ambas as partes e realizadas 15 (quinze) reuniões entre aquela Administração e os sindicatos representativos dos trabalhadores da Empresa, o que, conforme registo interno, ocorreu nas seguintes datas: 1.07.2009; 15.07.2009; 27.08.2009; 28.08.2009; 12.10.2009; 27.10.2009; 17.11.2009; 11.12.2009; 14.12.2009; 21.12.2009; 12.01.2009; 25.01.2010; 10.02.2010; 5.03.2010; e 18.03.2010.

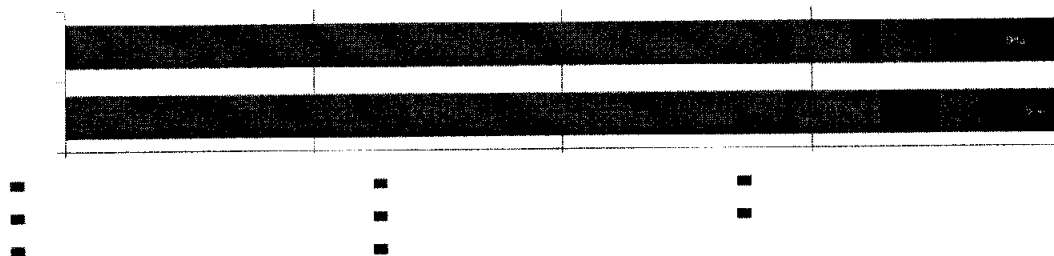
26. A Empresa sofre, no entanto, de um grave problema estrutural para cuja resolução o actual Acordo de Empresa, em vigor, em nada ajuda ou favorece,



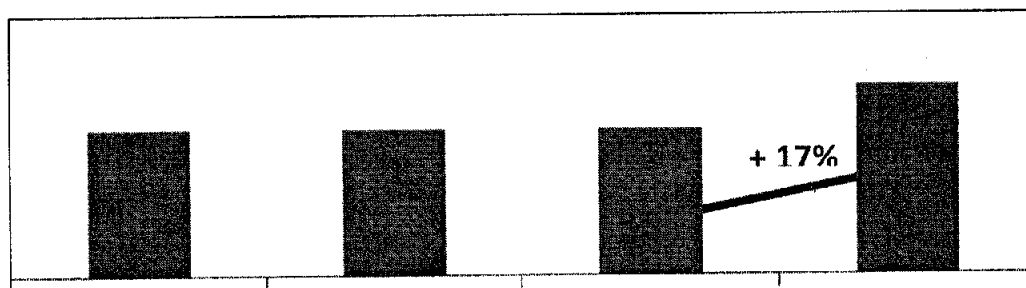
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

na medida em que impõe à Empresa encargos sociais que aquela, nas actuais condições de mercado liberalizado, não pode comportar, representando os custos com pessoal 73% dos custos estruturais totais:



27. Ora, a distribuição da estrutura de custos operacionais da Groundforce, *supra* discriminada, excede a média habitual verificada na empresa europeia socialmente responsável em que os custos com pessoal se situam em média na casa dos 56%:



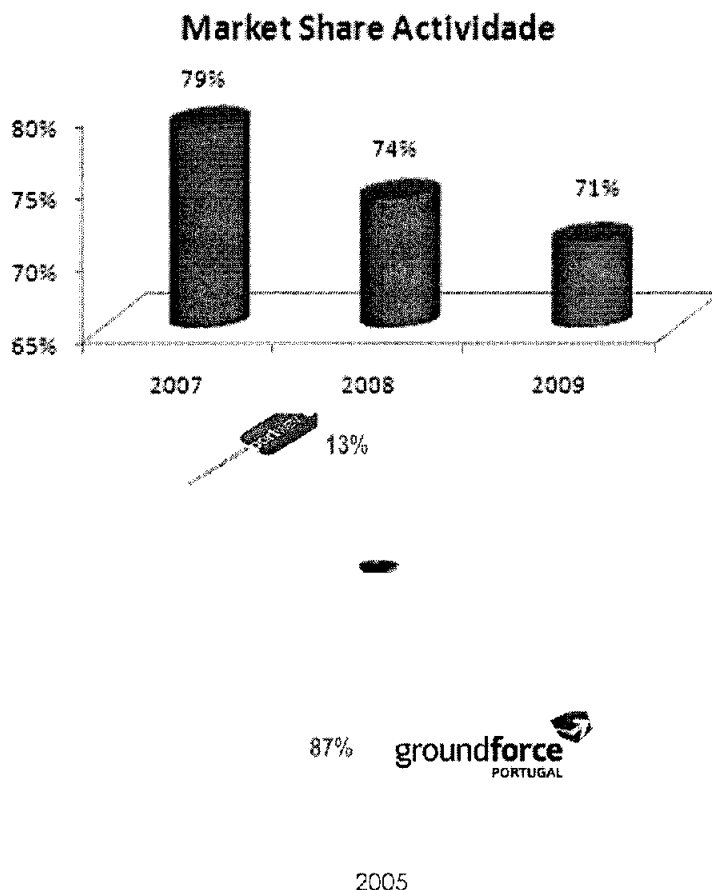
28. Por outro lado, verifica-se que a tendência do mercado de assistência em escala tem vindo a seguir uma linha de progressiva redução de preços, devido em grande parte aos efeitos da liberalização da actividade, à expansão das companhias aéreas *low cost* e ao efeito das alianças entre companhias aéreas na negociação e contratação de serviços aos *handlers*, o que, no seu conjunto, tem como consequência reduzir, igualmente e de forma drástica, a margem de lucro destes últimos.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

29. Acresce que o sector da aviação tem visto prejudicado drasticamente o seu desenvolvimento mercê do recente e actual choque petrolífero com o aumento descontrolado e imprevisível do preço dos combustíveis, situação agravada pela conjuntura internacional desfavorável e de deflação das economias nacionais, o que tem levado as companhias aéreas a diminuir o número de frequências.
30. Assim, o efeito da liberalização do mercado foi directamente responsável pela perda de quota de mercado anteriormente detida pela Groundforce, que, entre 2007 e 2009, desceu cerca de 8% de 79% para 71%. Antes disso, a quota de mercado da Groundforce já havia sido reduzida em 8% de 87% para 79% entre 2005 e 2007:

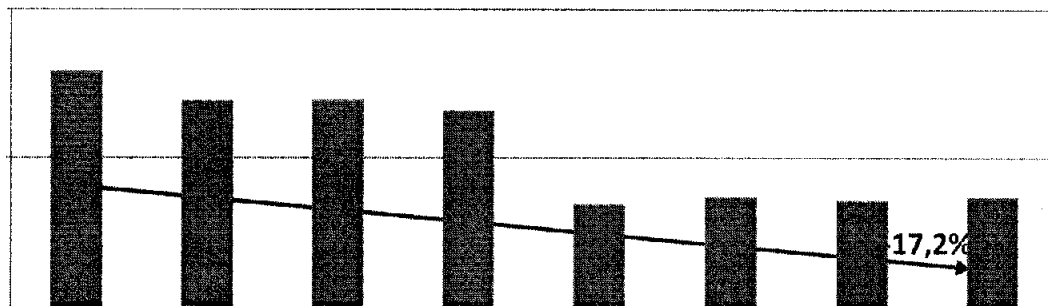




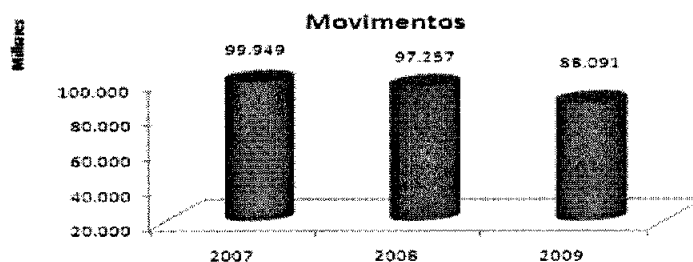
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

31. Como consequência directa e imediata de tais factores, os preços médios caíram 17,2% desde 2002:



32. Por sua vez, como consequência directa da desaceleração da actividade económica a nível global, durante o ano de 2009, a actividade da Empresa registou um desempenho desfavorável, atingindo 88.091 movimentos, o que representa menos 9,4% face ao registado no ano anterior:

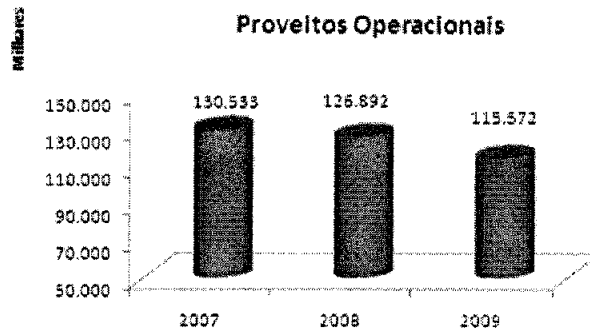


33. Esta evolução, reflectindo o comportamento geral do mercado em grave recessão económica foi responsável por uma perda de receita de aproximadamente 11,9 milhões de euros. Com efeito, no exercício de 2009, os proveitos operacionais ascenderam a 115,5 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 9% comparativamente aos 126,9 milhões de euros registados entre Novembro de 2007 e Outubro de 2008:

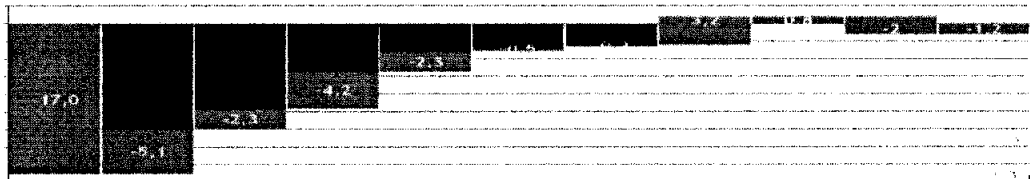


MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro



34. Sucede que o Protocolo assinado em 6 de Fevereiro de 2008 com os sindicatos estabelecia, na sua cláusula quarta, a título de garantias de contribuição para o aumento da produtividade e como contrapartida do aumento salarial de 3%, o compromisso dos sindicatos a iniciar de imediato e a concluir, no prazo de quinze dias úteis, reuniões tendentes à análise, discussão e implementação de matérias já anteriormente identificadas, de modo a agilizar a gestão da Empresa, não tendo, porém, os sindicatos honrado essas garantias de maior produtividade e eficiência, o que, se tivesse acontecido, implicaria a revisão do actual Acordo de Empresa em vigor, visando tornar a Empresa economicamente viável:



35. Em consequência de tudo o que se expõe, a Empresa registou, no exercício de 2009, o resultado líquido negativo de Euros 28.222.545, pelo que, sendo as perdas acumuladas na rubrica Resultados Transitados de Euros 49.274.619, resulta o total do capital próprio negativo em Euros 68.404.857.

Não obstante as informações que ora se deixam prestadas, a Administração da Groundforce encontra-se disponível para prestar todos os esclarecimentos complementares que se julguem necessários, não se revendo, no entanto, na impropriedade da terminologia escolhida e usada na formulação da questão a que se responde.”



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

O Governo tem apenas a acrescentar que segue com redobrada atenção todos os acontecimentos nesta empresa, a qual é responsável pelos resultados negativos de 2009 da TAP, SGPS, entendendo que se impõe encontrar uma solução que coloque a empresa em condições de rentabilidade comparável com as congéneres do sector, solução essa que é do interesse quer dos accionistas quer dos trabalhadores da empresa.

Com os melhores cumprimentos

P
O CHEFE DO GABINETE
[Signature]
(Manuel Farto)
SÉRGIO JUNES
Adjunto em substituição do Chefe do Gabinete
(Desp. 24960, 2.ª Série de 13/11/2009)